



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA
EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE
CURSO

**A IMPORTÂNCIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA NA
ESCOLA PÚBLICA**

JESSICA VERAS DA SILVA ESTAUSKI

FLORIANÓPOLIS
2019

A IMPORTÂNCIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA NA ESCOLA PÚBLICA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia, do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia sob a orientação de Prof. Dra. Joana Célia dos Passos (orientadora) e Ms Stela Rosa (co-orientadora)

FLORIANÓPOLIS
2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por me dar forças e chegar até essa primeira etapa de minha vida, sem ele esse sonho não seria concretizado.

A UFSC onde passei grande parte da minha vida; foram anos de aprendizagens e conhecimento. Aos espaços educacionais por onde estudei durante a minha escolarização.

Sou grata a Orientadora Joana Celia dos Passos e minha Co-orientadora Stela da Rosa, por toda paciência e apoio nos momentos difíceis e por sempre acreditarem na minha capacidade.

A minha família, meu esposo Leandro Estauski e amiga Thaise Alves, por sempre me apoiar, que sempre esteve ao meu lado nas horas de aflição dedicando todo o seu amor por mim.

RESUMO

Tendo em vista que a lei 10.639/03 foi incluída como obrigatória no currículo oficial de ensino das escolas pública e privadas no ensino fundamental incluindo as temáticas do ensino de História e cultura Afro-brasileira e Indígena, pretende-se discutir a importância da Semana da Consciência Negra na escola para a construção histórica, política e cultural de cada sujeito, em especial das crianças em processo de escolarização. O objetivo geral desta pesquisa é compreender a contribuição da Semana da Consciência Negra no desenvolvimento da Educação para relações Étnicas- Raciais. Realizou-se então, uma pesquisa de caráter qualitativo, configurando-se como um estudo de caso e entrevista. Trago as seguintes etapas para a realização do destinado trabalho como observação e participação, ações em sala de aula, entrevista com a professora e coordenadora e análise do projeto político pedagógico da escola. Diante disso, verifica-se que as produções realizadas pelas crianças mostraram que as mesmas se reconhecem como sujeito com identidade negra fazendo parte de uma grande diversidade étnico racial. Conclui-se que a escola é fundamental na construção da identidade negra de cada sujeito, portanto cabe ao/a professor/a estar atento a essas ações discriminatórias e preconceituosas e saber identificá-las.

Palavras-chave: 1. Semana da Consciência Negra 2. Lei 10.639/03 3. Preconceito.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Representação Identitária 1.....	37
Figura 2- Representação Identitária 2.....	38
Figura 3 - Representação Identitária 3.....	39
Figura 4 - Representação Identitária 4.....	40

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	7
1.1	METODOLOGIA DE PESQUISA.....	9
1.2	BREVE DIÁLOGO COM AS PRODUÇÕES	11
2	CAPÍTULO I: A OBRIGATORIEDADE DA LEI 10.639/03 NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA PÚBLICA E SEUS CONCEITOS CENTRAIS	15
2.1	A implementação da Lei 10.639/03 e suas repercussões na escola.....	15
2.2	DESIGUALDADE DE ACESSO À ESCOLA E A EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	17
2.3	SEMANA DA CONSCIÊNCIA NEGRA - DIA 20 DE NOVEMBRO.....	22
2.4	ALGUNS CONCEITOS IMPORTANTES E SEUS SIGNIFICADOS.....	23
3	CAPÍTULO II – ANÁLISE DA SEMANA DA CONSCIÊNCIA NEGRA.....	28
3.1	PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA PADRE ANCHIETA E SUA RELAÇÃO COM A LEI 10.639/03	28
3.2	ANÁLISE DAS ENTREVISTAS.....	31
3.3	ANÁLISE DAS PRODUÇÕES DAS CRIANÇAS DURANTE A SEMANA DA CONSCIÊNCIA NEGRA NA ESCOLA.....	34
3.4	EXPOSIÇÃO DAS PRODUÇÕES	41
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
5	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	44
6	ANEXO I – ROTEIRO DE ENTREVISTA	49

1 INTRODUÇÃO

“a parte mais bela e importante de toda história é a revelação de que todos os seres humanos, apesar das inúmeras diferenças biológicas e culturais que os distingue entre si, merecem igual respeito. [...]. É o reconhecimento universal em razão dessa radical igualdade, ninguém, nenhum indivíduo, gênero, etnia, classe social, grupo religioso ou nação pode afirmar-se superior aos demais”. (Fábio Konder Comparato, 2005)

Com esse estudo pretendo discutir a importância da Semana da Consciência Negra na escola para a construção histórica, política e cultural de cada sujeito, em especial das crianças em processo de escolarização. Através desta temática, podemos elencar questões que abrangem diferentes aspectos, como a educação das relações étnico-raciais, diversidade étnico-racial, racismo, discriminação e consciência negra na escola.

O interesse pelo tema surgiu quando cursei o NADE: Relações Étnicas- Raciais, com a professora Joana Célia dos Passos, no decorrer do curso de pedagogia na Universidade Federal de Santa Catarina. Neste período, apareceu uma oportunidade de exercer a prática docente como bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), na Escola de Educação Básica Padre Anchieta, localizada a rua Rui Barbosa, nº525, no bairro Agrônoma, no município de Florianópolis.

O PIBID é um programa no qual ocorre a participação dos bolsistas em várias atividades da escola, tais como: reuniões pedagógicas, atividades em contra turno, comemorações, observação em sala de aula, reuniões de planejamento com o(a) professor (a) responsável pelo subprojeto e com (o) a professor (a) supervisor (a), acompanhamento pedagógico dos estudantes das escolas envolvidas, momentos de exercício docente supervisionado, entre outras.

Ao entrar no PIBID, tive a oportunidade de ser selecionada para ficar, juntamente com a minha colega de sala, no 3º ano dos anos iniciais do ensino fundamental. A partir daí, comecei atuar em sala, auxiliando a professora e conhecendo aspectos da rotina da turma. Com isso, após estar atuando e já ter um conhecimento da turma, resolvi fazer

minha pesquisa de campo na escola. Inicialmente, o tema que tinha em mente para realizar a pesquisa era "Preconceito Racial entre os alunos dos anos iniciais na escola". Mas, ao conversar com a professora e orientadora Dr^a. Joana Passos, avaliamos que, no decorrer do desenvolvimento da pesquisa na escola, não constatamos nenhuma ação por parte das crianças discriminatórias e preconceituosas. Ao participar da organização da Semana da Consciência Negra na escola, denominada Dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, surgiu um definitivo tema para a pesquisa.

Nesta semana, cada professor/a apresenta as produções e criações para toda a escola e a comunidade. Assim, acompanhei as crianças da 3^a série e a professora, auxiliando nas produções e ideias para a Semana da Consciência Negra. Confesso que fiquei encantada com o trabalho e as produções finais das crianças. Então surgiu o segundo tema que senti o desejo de estudar mais a fundo para fazer meu trabalho de conclusão de curso: Qual a importância da Semana da Consciência Negra na escola? Nesse sentido, cabe destacar a relevância da lei 10639/03, que torna obrigatório o ensino de história e da cultura africana nos currículos escolares, desde o ensino fundamental, médio e superior em todas as escolas públicas e particulares de todo o Brasil, como destaca Gonçalves (2006), a analisar documentos oficiais:

Segundo o Parecer CNE/CP 3 /2004 e Resolução CNE/CP 1/2004, as Diretrizes Curriculares Nacionais configuram importante política curricular para a educação de todos os cidadãos brasileiros. Política esta que visa ao reconhecimento da inestimável contribuição dos africanos escravizados e de seus descendentes para a construção da nação brasileira, a reparações que lhe são derivadas em virtude dos sérios danos que o racismo e políticas tácitas de exclusão lhes vêm, há cinco séculos, causando. Esta política curricular orienta os sistemas e os estabelecimentos de ensino no sentido de educar para relações étnicas raciais positivas, a partir de divulgação, respeito e valorização da cultura e história dos africanos escravizados no Brasil, dos seus descendentes, relacionando as histórias culturas dos africanos do Continente e da Diáspora. (GONÇALVES 2006, p.5)

De acordo com esse parecer, deve ser implantada uma política curricular que combata o racismo e a desigualdade racial, desconstruindo a visão da cultura e história africana como algo somente negativo. Para isso, é preciso que seja construído um espaço democrático para a produção e divulgação que visa uma sociedade mais igualitária. Nesse sentido, compreendemos que a Semana da Consciência Negra pode contribuir enquanto uma ação pedagógica que fortalece a Educação para as Relações Étnico-raciais (ERER).

1.1 METODOLOGIA DE PESQUISA

Diante de exposto, importa destacar que essa pesquisa, cujo objetivo é refletir em que medida as atividades desenvolvidas na Semana da Consciência Negra contribuem para a ERER, adota a abordagem qualitativa, configurando-se como um estudo de caso, para o qual o pesquisador utiliza uma variedade de dados coletados em diferentes momentos, por meio de variadas fontes e informações, tendo como técnicas fundamentais de pesquisa a informação e a entrevista (GODOY, 1995).

De acordo com Bodgan e Kiklen (1989), a pesquisa qualitativa requer um contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente em determinada situação que está sendo investigada, através de um trabalho intenso de campo. Para isso, o pesquisador terá um contato direto com o determinado ambiente em que será realizada a pesquisa de campo, buscando analisar e encontrar seu tema de estudo. Com isso, o pesquisador vai a campo buscando captar” o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes. São encontrados vários tipos de dados coletados e analisados para que se possa entender a dinâmica do fenômeno (GODOY, 1995, p.21). Assim, nós, como pesquisadores, devemos ter um olhar muito atento, sigiloso referente ao determinado fato. Este relato fornece um material muito rico e com muitas experiências vividas.

OBJETIVOS

Em relação à delimitação e foco da análise, estabelecemos os seguintes objetivos:

- **Objetivo geral:**

Compreender a contribuição da Semana da Consciência Negra no desenvolvimento da Educação para relações Étnicas- Raciais.

- **Objetivos específicos:**

- a) Identificar as atividades desenvolvidas durante semana da consciência negra realizada em uma escola pública de Florianópolis;
- b) Observar e contribuir na realização das atividades desenvolvidas propostas em uma turma de 3º ano;
- c) Analisar as contribuições do desenvolvimento dessas atividades para o reconhecimento identitário das crianças.

Seguindo a metodologia e os objetivos de pesquisa que propomos, percorri o seguinte percurso. No primeiro momento, fizemos a observação e participação, pois atuei como auxiliar de sala, a partir da qual se constituiu a construção de uma relação com as crianças e com a professora, possibilitando identificar como acontecem as relações interpessoais, raciais entre as próprias crianças. A identidade e pertencimento racial da professora da 3ª série é de origem branca.

Outro momento foi conhecer a construção da abordagem do tema proposto sobre a Semana da Consciência Negra. O trabalho foi apresentado para a turma em etapas, sendo realizado durante o semestre. A professora tinha uma preocupação de sempre trazer e relembrar esse tema a todo o momento de acordo com sua proposta de aula. A atividade proposta pela professora ocorreu da metade do mês de outubro até novembro de 2016. Neste momento, tive uma participação ativa na execução das atividades propostas, sendo que o planejamento foi realizado somente pela professora. A partir daí, tínhamos que cumprir um determinado calendário, começando com a atividade na qual as crianças teriam que trazer de casa uma foto de quando eram bebês para personalizar esteticamente o baú. Após essa etapa, os/as alunos fizeram uma representação em forma de desenho do autorretrato que seria apresentado como uma exposição de retratos. Em outra atividade foi a produção de uma ficha da biografia de cada aluno, que ficaria dentro do baú. E por fim, tem uma exposição de um varal com imagens das crianças, a qual incluía a descrição de cada um/a, denominada: Quem sou eu?

Em relação à entrevista (Anexo 1), foi elaborado um roteiro para compreender as percepções da professora e a coordenadora acerca da temática. Trata-se de um questionário acerca do tema proposto; A importância da consciência negra na escola, dando destaque na lei 10.639/03 e como aparece no PPP projeto político pedagógico da escola, entre outras questões.

As reflexões deste TCC estão organizadas em dois capítulos. No primeiro, abordaremos a obrigatoriedade da Lei 10.639/03, seus desdobramentos na escola e a instituição do Dia 20 de novembro. O segundo apresenta as análises sobre a Semana da Consciência Negra e sua importância para a escola. E por fim apresento as considerações finais.

1.2 BREVE DIÁLOGO COM AS PRODUÇÕES

Na busca de me aproximar de pesquisas sobre o tema A importância da Semana da Consciência Negra na escola pública, realizei uma busca nas revistas eletrônicas da Associação Brasileira de Pesquisadores /as Negros/as (ABPN), no período de 2015 a 2018, com os descritores: Educação para Relações Étnico-raciais e Ensino Fundamental II; Semana da Consciência Negra e Educação para Relações Étnico- raciais

Não consegui localizar pesquisas relacionadas diretamente ao meu tema de investigação, mas selecionei alguns artigos relacionados com a lei Nº 10.639 que debatiam conceitos que tinham relação com a temática, tais como discriminação e preconceito racial, representação da identidade das crianças negras. No total foram encontrados cinco artigos nos seguintes cadernos temáticos: História e cultura africana e afro-brasileira- Lei 10.639\03 na escola (Maio 2018); Letramentos de Reexistência (Janeiro 2015); Educação, Quilombos e Ensino de História :paradigmas e propostas (Fevereiro 2016).

O artigo *As representações sociais sobre crianças negras no contexto escolar* traz com base concepções acerca dos conceitos crianças, infâncias e suas representações na sociedade e na educação. Correa e Santos (2018), autores do artigo, abordaram a temática a partir do diálogo com alguns autores, dentre eles, Ariés e Araújo (1981) que mostram que a criança é compreendida como um ser histórico e social que possui determinadas representações já definidas. Já Moscovici (1978) afirma que as representações sociais contêm ideologias que são transformadas a partir da realidade compartilhada, construindo interações entre os sujeitos, através de experiências e comportamentos

coletivos e individuais. Jairo (2014) relata que o surgimento de uma ideia representacional da criança negra parte de uma concepção de um adulto que pensa a criança, com isso cria imagens e sentidos a seu respeito.

O artigo mostra, com base nas pesquisas bibliográficas, que há representações sociais negativas das crianças negras, que negam para elas o direito de conhecer as suas histórias e a participação do povo negro na construção da sociedade brasileira. Assim os autores apontam há necessidade de efetivação da lei Nº10. 639/2003, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (DCNERER) e o desenvolvimento de práticas educativas voltadas à diversidade e promoção da igualdade. Assim é importante refletirmos a respeito da criança em sua complexidade e singularidade enquanto cidadão que está inserido em vários processos biológicos e psicológicos, aprendendo a ler e compreendendo o mundo, e garantir que tenham acesso aos conhecimentos socialmente valorizados e construídos e a constituição da sua identidade e seu lugar no mundo.

O artigo *O processo de (des) construção da identidade negra na escola: o olhar de professores e alunos em uma escola do Município de Quixadá- CE*, de autoria de Silva (2018), tem por objetivo verificar o trabalho do professor na (des) construção da identidade negra em sala de aula. Partindo do princípio que a escola é o lugar onde o/a aluno/a começa a buscar suas primeiras referenciais para um reconhecimento de si dentro da sociedade, busca identificar como são trabalhadas pelos/as professores as relações raciais na escola. Argumenta ainda que no espaço escolar não aprendemos apenas conteúdos e saberes curriculares, mas valores, hábitos, ética, bem como preconceito racial, de gênero e de classe etc.

Pensar na identidade é discutir possibilidades, é um exercício de construção e desconstrução. A identidade em si não é apenas pessoal, mas também social. como contextualiza Munanga (2005) acerca das discriminações com os negros e os indígenas no Brasil. Dessa forma, ressalta que o debate sobre a discriminação deve ser incluído no currículo, de forma que o aluno possa refletir e combater o preconceito, fazendo com que todos se sintam cidadãos e tenham igualdade de condições. Ele também chama a atenção para o fato de que a discriminação tem expulsado as crianças negras da escola e, muitas vezes, o professor não tem noção de como isso dói na criança e prejudica seu aprendizado.

O autor conclui que professor deve ser qualificado para poder lidar com esse tipo de situação e que a aprovação da lei Nº 10.639 por si

só não é o suficiente. Uma das indicações que ele aponta é que a Educação para as Relações Étnico-raciais não deve ser tratada apenas nas datas comemorativas ou com atividades pontuais, mas é necessário ser trabalhada dentro do currículo da escola e transversalizar todas as disciplinas.

O artigo *uma história negada: diálogos com a lei 10.639*, de autoria de Rocha (2018), tem por objetivo apresentar a experiência do Programa institucional de bolsa de inicialização à docência da disciplina de história cultura e literatura africana e afro-brasileira, conhecida como Pibid-Afro, da Universidade Federal de Ouro Preto. Essa estratégia para a implementação da lei 10.639/03 é considerada uma ferramenta de práticas educativas antirracistas.

Segundo o autor, o Pibid- Afro tem por objetivo contribuir para a construção identitária dos alunos a partir do universo cultural afro-brasileiro, possibilitando o acesso aos conhecimentos sobre a cultura afro-brasileira. Ele argumenta que isso pode ser desenvolvido por meio do cinema e da literatura infantil com a temática negra, contribuindo para a desconstrução de estereótipos e preconceitos sobre a cultura negra com o fim de promover a conscientização das relações étnico-raciais entre os/as próprios/as alunos/as. O autor conclui a lei 10.639 é um grande salto, mas que existem muitas falhas que precisam que ser superadas para a desconstrução do mito da democracia racial.

O artigo *Ensino das histórias e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas entrecruzadas: paradigmas da contribuição, pedagogia do evento e emancipações na educação básica*, de autoria de Bulhões(2018), tem por objetivo qualificar os debates sobre a Educação para as relações étnico-raciais e discutir a empatia entre os sujeitos destes coletivos, explorando possibilidades de questões contemporâneas que falam sobre estratégias de luta contra o racismo e de buscas por caminhos de expressão intelectual, política, cultural e econômica.

Bulhões (2018) relata que as histórias, memórias e conhecimentos desses coletivos não podem ser resumidos a discussões limitadas e superficiais em eventos circunstanciais no currículo escola, como o Dia da Consciência negra, Dia do índio etc. Desse modo existe um grande desafio em pensar o papel da escola, da escolarização e da construção de ambientes de criação, produção e circulação de saberes que possam tratar essas presenças de maneira mais efetiva. As questões étnico-raciais no ambiente escolar devem ser trabalhadas o ano todo e não somente em datas específicas, fazendo com que as crianças internalizam os conteúdos interdisciplinares, estimulando uma boa relação sem qualquer tipo de preconceito e discriminação.

De acordo com Souza (2012), um dos autores que contribuem na reflexão colocadas no artigo, existem muitos desafios nos contextos escolares que estão ligados à resistência de muitos/as profissionais da educação em atender às demandas oficiais, restringindo as ações apenas as celebrações do Dia da Consciência Negra, por exemplo. O autor também explica que muitos professores desejam ministrar tais conteúdos com propriedade, mas que não buscam novos materiais e metodologias. O autor conclui que a problematização das presenças e ausências dos sujeitos indígenas e negros na história e no ensino da história no Brasil pode nos levar a repensar as dimensões curriculares suas abordagens, algo que perpassa a formação dos professores, a organização de produção, circulação e consumo dos conhecimentos nas universidades e a rearticulação dos projetos políticos pedagógicos formulados.

O artigo *Existe uma prática efetiva da lei 10.639/03 no espaço escolar?*, de autoria de Alves e Bookari (2016), tem por objetivo discutir as políticas de ação afirmativa, a lei 10.639/03 e sua implicação no ambiente escolar. Os autores relatam como a escola pode contribuir no processo de aprendizagem da criança afrodescendente, destacando a importância de um processo de ensino que se preocupe com questões referente à diversidade cultural, promovendo discussões sobre as diferenças. Segundo eles, para se ter uma prática educativa na escola que dialogue com as políticas afirmativas e a lei 10.639/03, não basta estarem intituladas como tal, mas é preciso que os/as profissionais da educação assumam uma crítica discursiva para estimular os alunos/as a questionarem os conteúdos referente à história da África, visto que as ações afirmativas tem o intuito de equilibrar as histórias e melhorar as relações raciais entre as pessoas.

Os autores concluem que os integrantes dos movimentos sociais, especificamente de afrodescendente, têm grande importância nas políticas afirmativas, com isso desempenham relevante papel nas suas atuações, debatendo questões sociais, provocando mudanças, descentralizando o poder, constituindo espaços de produção de conhecimento e transformação social.

2 CAPÍTULO I: A OBRIGATORIEDADE DA LEI 10.639/03 NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA PÚBLICA E SEUS CONCEITOS CENTRAIS

2.1 A implementação da Lei 10.639/03 e suas repercussões na escola

A Lei 10.639/03 tem como proposta a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nos currículos das escolas públicas e privadas, sendo de grande importância para a divulgação e valorização de um legado cultural africano que recebemos desde do século XVI, com vistas a possibilitar um olhar mais amplo e um conhecimento mais profundo sobre história Africana e suas relações com a história brasileira.

Aprovada em 1999 e promulgada em janeiro de 2003, quando da gestão do presidente Lula, em cumprimento a promessa de campanha, essa legislação promoveu mudanças na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que passou a vigorar com alterações em seus artigos 26-A, 79-A e 79-B. A aprovação se deu em meio a vetos, como o da proposta que determinava que as disciplinas História do Brasil e Educação Artística, no ensino médio deveriam dedicar pelo menos 10% de seu conteúdo programático anual ou semestral à temática africana e afro-brasileira, que foi considerada inconstitucional e rejeitada nos despachos da Presidência da República, conforme abaixo:

O referido parágrafo [relativo à dedicação de dez por cento de seu conteúdo programático à temática mencionada] não atende ao interesse público consubstanciado na exigência de se observar, na fixação dos currículos mínimos de base nacional, os valores sociais e culturais das diversas regiões e localidades de nosso país. (BRASIL, 2003b, p. 1)

O segundo veto relaciona-se com a proposta de cursos de capacitação de professores, que teriam que incorporar a participação de entidades do movimento afro-brasileiro, das universidades ou quaisquer outras instituições relacionadas ao respectivo tema.

Verifica-se que a lei nº 9.394, de 1996, não disciplina e nem tampouco faz menção, em nenhum de seus artigos, a cursos de capacitação para professores. O art. 79-A, portanto, estaria a romper a unidade de conteúdo da citada lei e,

consequentemente, estaria contrariando norma de interesse público da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1988, segundo a qual a lei não conterà matéria estranha a seu objeto. (BRASIL, 2003b, p. 01)

Contudo, depois de muita luta, aprovou-se a obrigatoriedade do estudo de história e cultura africana e afro-brasileira e a inserção no calendário escolar do dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra, nas escolas de ensino fundamental e médio. Outros avanços também foram conquistados, como a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), que desenvolvia ações que contribuíssem para a promoção de uma democracia mais justa e igualitária, conforme se verifica *nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*, publicadas em 2004 :

O governo federal, por meio da SEPPIR, assume o compromisso histórico de romper com os entraves que impedem o desenvolvimento pleno da população negra brasileira. O principal instrumento, para isso, é o encaminhamento de diretrizes que nortearão a implementação de ações afirmativas no âmbito da administração pública federal. Além disso, busca a articulação necessária com os estados, os municípios, as ONGs e a iniciativa privada para efetivar os pressupostos constitucionais e os tratados internacionais assinados pelo Estado brasileiro. Para exemplificar esta intenção, cabe ressaltar a parceria da SEPPIR com o MEC por meio das suas secretarias e órgãos que estão imbuídos do mesmo espírito, ou seja, construir as condições reais para as mudanças necessárias. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2004, p. 08).

Segundo Pereira e Silva (2012), a SEPPIR foi a organização responsável por publicar as diretrizes, com o objetivo de implantar parâmetros para todas as escolas, orientando para que esses conteúdos tornam-se relevante para o currículo de cada instituição, viabilizando que alunos/as brancos/as e negros /as tenham acesso à sua história e cultura, com uma perspectiva positiva sobre a África e desconstruindo o olhar negativo que retrata o povo africano apenas em condição de

miséria e fome Tal movimento possibilita ao aluno/a negro/a uma percepção positiva sobre si mesmo, com o reconhecimento da sua história e cultura. Em relação aos alunos/as brancos/as possibilita a ampliação de suas percepções acerca da diversidade racial, contribuindo assim para o respeito à diferença, pois independente de gênero, raça, religião todos possuem os mesmos direitos e devem ser respeitados como um ser humano.

É importante destacar que um antecedente da lei 10.639 foi a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN, 1996), cujo propósito foi afirmar-se como uma referência para o Ensino Fundamental e Médio de todo o país, pois tinha o intuito de garantir a todos os/as estudantes brasileiros o direito aos conhecimentos necessários para uma cidadania plena. Em relação aos PCN, é importante destacar a proposição de *temas transversais* (Ética, Saúde, Orientação Sexual, Meio Ambiente, Trabalho e Consumo e Pluralidade Cultural), com o objetivo de promover o respeito à diversidade, visando integrar todas as áreas do conhecimento. (BRASIL, 2000).

Destaca-se o tema de Pluralidade Cultural, que trata especificamente de relações sociais e culturais mais amplas, defendendo a diversidade e a tolerância ética e cultural (FREITAS & VARGENS, 2009). Portanto, de acordo as Diretrizes Curriculares e os Parâmetros Curriculares Nacionais, a sociedade brasileira se constitui pela diversidade de etnias. Assim, deve-se respeitar os diferentes grupos e suas culturas, combatendo qualquer tipo de discriminação e preconceito.

2.2 DESIGUALDADE DE ACESSO À ESCOLA E A EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

O artigo *País tem 11,8 milhões de analfabetos: taxa entre negros dobra ante branco*, de Lucas, (2017), publicado na revista eletrônica Folha Digital de São Paulo, mostra um o analfabetismo atinge 7,2% da população com 15 anos ou mais, sendo que a taxa entre pretos e pardos é de 9,9%, sendo mais que o dobro entre as pessoas brancas, cuja taxa é de 4,2%.

Os dados nos mostram que os brancos têm maior acesso à educação do que os negros, e que o analfabetismo está mais presente entre as pessoas com faixa etária de 60 anos ou mais, ou seja, pessoas mais velhas, atingido cerca de 20,4%, aproximadamente 6,07 milhões de pessoas. Assim, verifica-se a diferença de acesso à educação está presente nas pessoas negras com idade mais avançadas, visto que 30,7%

dos pretos e pardos nesta faixa etária são analfabetos, e sendo que o mesmo indicador para brancos chega a 11,7% da população.

Diante do contexto, pode-se afirmar que vivemos em um país no qual a maioria da população é composta de pretos e pardos, os negros, e são eles que têm menos acesso à educação. Nesse sentido, a educação para as Relações Étnico-raciais tem como objetivo combater o racismo e buscar a consolidação da democracia, provendo a cidadania no reforço a igualdade racial e social. Silva e Verrangia (2010) afirmam que a Educação para as Relações Étnico-raciais visa promover processos educativos que possibilitem a superação de preconceito racial e estimular vivências de práticas livres de qualquer tipo de discriminação. Destacando que a escola é um ambiente privilegiado para a promoção dessas ações em virtude da diversidade marcante em seu interior

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana definem os princípios que as unidades escolares e professores devem assumir para realizar essas ações, que de acordo com a Resolução CNE/CP 1/2004 são as seguintes:

Consciência política e histórica da diversidade, visa a igualdade básica de pessoa humana como sujeito de direitos; a compreensão que a sociedade é formada por pessoas que pertencem a grupos étnicos raciais distintos, que possuam cultura e história própria, igualmente valiosas e que em conjunto constroem, na nação brasileira sua história; ao conhecimento e a valorização da história dos povos africano e da cultura afro-afro-brasileira na construção histórica e cultural brasileira; a superação da indiferença, injustiça e desqualificação com os negros, os povos indígenas e também as classes populares as quais os negros, no geral, pertencem são comumente tratados; a desconstrução, por meio de questionamento e análises críticas, objetivando eliminar conceitos, idéias, comportamento veiculados pela ideologia do branqueamento, pelo mito da democracia racial, que tanto mal fazem os negros e brancos; à busca, da parte de pessoas, em particular de professores não familiarizados com análise das relações étnicos raciais e sociais com o estudo de história e cultura afro-brasileira e africana, de informações e subsídios que lhes

permitam formular concepções não baseadas em preconceitos e construir as ações respeitadas; ao diálogo, via fundamental para o entendimento entre diferentes, com a finalidade de negociação, tendo em vista objetivos comuns; visando uma sociedade justa.

Portanto, de acordo com Parecer, devemos respeitar a diversidade humana de cada sujeito, pois muitos pertencem a grupos étnicos raciais distintos, superando qualquer tipo de preconceito, discriminação e trazendo para nosso cotidiano, principalmente, nas escolas, a valorização da história do povo africano e da cultura afro-brasileira.

Outro princípio considerado importante é o fortalecimento de identidades e de direitos, definido da seguinte forma:

O princípio deve orientar para: o desencadeamento de processo de afirmação de identidades, de historicidade negada ou distorcida; o rompimento com imagens negativas forjadas por diferentes meios de comunicação, contra os negros e os povos indígenas; o esclarecimento a respeito de equívocos quanto a uma identidade humana universal; o combate à privação e violação de direitos; a ampliação do acesso a informações sobre a diversidade da nação brasileira e sobre a recriação das identidades, provocada por relações étnico-raciais; as excelentes condições de formação e de instrução que precisam ser oferecidas, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, em todos os estabelecimentos, inclusive os localizados nas chamadas periferias urbanas e nas zonas rurais.

Este princípio tem como objetivo positivar cada vez mais a identidade negra, mostrando como é realmente a sua história, rompendo com aquela mensagem negativa ou distorcida de sua historicidade e estimular a luta pelos direitos a acesso a qualquer tipo de informação a respeito de sua diversidade étnico racial, em qualquer localidade, seja nas zonas rurais ou periferias urbanas.

A Resolução CNE/CP 1/2004, ao nos apontar a importância de ações educativas de combate ao racismo e a discriminação, pontua que essas devem ter conexão com as estratégias de ensino, e as atividades devem dialogar com a experiência de vida dos/as alunos/as e

professores/as, visando uma valorização de aprendizagens que impacte nas relações entre negro/as, brancos/as e os/as indígenas no conjunto da sociedade. O objetivo é promover uma boa relação interpessoal entre professor e aluno e entre os estudantes, valorizando suas histórias e respeitando a diversidade, enfrentando e superando conflitos e valorizando das diferenças. Para isso, o/a aluno deve se sentir à vontade com o/a professor/a para falar das questões das relações étnico- raciais na aula. Destaca ainda a importância da participação de grupos do Movimento Negro e de outros grupos culturais que fazem parte da comunidade em que a escola está inserida.

Assim, sob a coordenação de todos os que integram a comunidade escolar, aponta a importância da elaboração de projetos políticos pedagógicos que abranjam a diversidade étnica racial. Para isso, é de grande importância que a instituição esteja sempre aberta para novos conhecimentos trazidos por esses grupos e também de pessoas que estudem os temas, que podem contribuir com debates, palestras e o desenvolvimento de atividades sobre o assunto.

O ensino de História e Cultura Afro-brasileira deve articular a experiência entre passado e presente, e apresentando as contribuições do povo negro. Objetivo é o reconhecimento e a valorização da identidade, cultura e história da população negra. Para isso, devem ser realizadas, por diferentes meios, atividades curriculares que possibilitem aos/as alunos/as compreender e interpretar de diferentes formas as expressões culturais afro-brasileiras. Com isso, promove-se oportunidades de diálogos em que se conheçam e se coloquem em diálogo diferentes sistemas simbólicos e estruturas conceituais, com o objetivo de se estabelecer uma convivência respeitosa e assim contribuir para a efetivação de uma sociedade democrática em que todos se sintam encorajados a expor e defender sua origem étnico- racial.

Assim, o ensino da História Afro-Brasileira e Africana deve ser desenvolvida no cotidiano da escola, nos diferentes níveis e modalidade de ensino, integrados em todas as disciplinas e não só nas de Educação Artística, Literatura e História do Brasil. Outra questão é valorizar as datas significativas de acordo com a realidade de cada região e localidade, como o dia 13 de maio, quando se assinala Dia Nacional de Denúncia contra o Racismo, devendo ser tratado como o dia de denúncia das ações de eliminação física e simbólica da população afro-brasileira no pós- abolição e divulgação dos significados da lei Áurea para os negros. Já no dia 20 de novembro será celebrado o dia da Consciência Negra, e o 21 de março, Dia Internacional de luta pela Eliminação da Discriminação Racial. É importante destacar que o

ensino de cultura africana abrangerá contribuições do Egito para a ciência e filosofia ocidentais, as tecnologias de agricultura, os benefícios de cultivos, de mineração e de edificações trazidas pelos escravos, bem como sua produção científica, artística e política na atualidade

Em relação aos cursos de formação de professores e dos demais profissionais da educação, é importante abordar as análises acerca das relações sociais e raciais no Brasil; de conceitos e de suas bases teóricas, tais como racismo, discriminações, intolerância, preconceito, estereótipo, raça, etnia, cultura, classe social, diversidade, diferença, multiculturalismo. Além disso, apresentar práticas pedagógicas e materiais didáticos que possibilitem a Educação para as relações étnico-raciais.

Por fim, cabe destacar que a Resolução CNE/CP 1/2004, apresenta as diretrizes curriculares como dimensões normativas e reguladoras de caminhos, devendo oferecer referências e critérios para que se possa implantar ações e processos de avaliação que permita reformular essas atividades, cabendo aos municípios e estados a responsabilidade pela formação dos docentes dentro do regime de colaboração e da autonomia de entes federativas, a seus respectivos sistemas, dando ênfase à importância de planejamentos valorizarem a participação dos afrodescendentes. Assim, esses órgãos normativos têm a responsabilidade de adequar o proposto neste parecer a cada sistema de ensino, devendo ser competências dos órgãos executores administrativo de cada sistema de ensino e, das escolas, definir estratégias que quando postas em ação cumpram a Lei de Diretrizes e Bases, que estabelece a formação básica comum, o respeito aos valores culturais, como princípios constitucionais da educação, tanto a dignidade da pessoa humana (inciso III do art.10), garantindo-se a promoção do bem de todos, sem preconceitos (inciso IV do Art.30), a prevalência dos direitos humanos (inciso II do art. 40) e repúdio ao racismo (inciso VIII do art. 4º). O cumprimento da lei é total responsabilidade de todos e não somente da escola.

Assim, a escola deve acolher qualquer aluno, independente de sua diversidade étnico e racial e cultural, visto que nossa população é constituída por diferentes repertórios culturais. Nesse sentido, Pereira e Silva (2012) destacam que temos presenciado na escola brasileira a constituição de um espaço, muitas vezes pouco democrático, formado por imposições, sem implicar no diálogo e na descoberta do novo.

2.3 SEMANA DA CONSCIÊNCIA NEGRA - DIA 20 DE NOVEMBRO

Segundo Arispe (2012), no dia 10 de novembro de 2011, Dilma Rousseff, então presidente do Brasil, assinou a destinada lei nº 12.519, que torna o dia 20 de novembro celebrado como o Dia Nacional da Consciência negra. Essa data homenageia Zumbi dos Palmares, líder dos escravos negros africanos que lutaram contra a escravidão no Brasil no século XVII, sendo implementada pelo movimento negro brasileiro em 1978.

Uma das grandes contribuições do movimento negro era comportamento social que valorizasse a diversidade racial no Brasil com a intitulação do dia 20 de novembro como Dia da Consciência Negra. O dia 13 de maio até em 1978 abrigava as reflexões brasileiras sobre o preconceito racial e os longos anos de exploração da mão de obra africana, e criticava a comemoração a lei Aurea pela princesa Isabel. Muitos militantes do movimento negra apontavam que essa data era como uma espécie de ato de caridade das elites brasileiras, portanto essa percepção não era adequada. Então pensou-se num estabelecimento de uma data que denunciasses a luta dos diversos movimentos do povo negro em prol de sua liberdade. O movimento negro estabeleceu o dia 20 de novembro como data referência na mobilização por políticas públicas e ações governamentais em prol do fim da desigualdade social e do racismo originados pelos longos anos de escravidão em solo brasileiro.

De acordo com o artigo 79 da lei, estabeleceu-se a inclusão no calendário escolar do dia 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra. O plano recomenda que a temática étnico-racial seja incluída no Projeto Político Pedagógico das escolas, em curso de formação de professores e o desenvolvimento de pesquisas e de materiais didáticos que contemplem a diversidade racial, bem como a inclusão do ensino da História e Cultura Africana e afro-brasileira (Brasil, 2009). Segundo Jesus (2012) a escola é um espaço privilegiado para discussões, estudos, reflexões e difusão dos princípios da diversidade por meio de atividade extracurriculares, acesso a exposições, reproduções de filmes sobre o tema. Assim, é de grande importância a capacitação do educador, pois dentro de sala faz toda a diferença a abordagem dos conteúdos, buscando positivar a identidade negra.

Segundo Silva (2017) o idealizador do Dia Nacional da Consciência Negra é o poeta, pesquisador gaúcho Oliveira Silveira. O

grupo palmares foi fundado em 1971, tendo por missão reunir militantes e pesquisadores da cultura negra brasileira. Com isso, Silveira propôs a criação de uma data que comemorasse a tomada de consciência da comunidade negra sobre sua contribuição para o país. O dia 20 de novembro foi escolhido pelo grupo justamente por lembrar e homenagear o líder do Quilombo dos Palmares, zumbi assassinado neste dia pelas tropas coloniais brasileiras em 1695. O dia também é considerado como uma ação afirmativa de promoção a igualdade racial e uma referência para a população afrodescendente dedicada a reflexão sobre as consequências do racismo. A destinada data tem uma orientação comemorativa, mas também esta voltada a afirmação da consciência política, da pertença étnico racial e da reivindicação dos direitos da população afro-brasileira.

Gomes (2011) afirma que a identidade não é algo inato, ele se refere a um modo de ser no mundo e com os outros. Sendo considerado um fator importante na criação das redes de relações e de referências culturais dos grupos sociais. Indicando traços culturais que se expressam através de práticas linguísticas, festivas, rituais, comportamentos alimentares e tradições populares. Segundo Gomes (2011) traz o conceito de identidade negra, sendo entendida como uma construção social, histórica, cultural e plural. Que implica na construção do olhar de um grupo étnico racial ou de sujeitos que pertencem ao mesmo grupo étnico racial, sobre si mesmos a partir da relação com o outro. Construir uma identidade negra positiva na escola, numa sociedade na qual existe discriminação e preconceito racial é um grande desafio.

2.4 ALGUNS CONCEITOS IMPORTANTES E SEUS SIGNIFICADOS

Nilma Lino Gomes (2012) aborda que, no campo intelectual, muitos profissionais preferem usar o termo etnia para se referir aos negros e negras, entre outros grupos sociais, discordando do uso do termo raça. Ao usarem o termo etnia, estes intelectuais o fazem por acharem que se falarmos em raça ficamos presos ao determinismo biológico, a ideia de que a humanidade se divide em raças superiores e inferiores, a qual já foi abolida pela biologia e pela genética. No entanto, a autora relata ao falar em raça nos remetemos ao racismo, abordando as imagens que foram construídas sobre os negros e brancos em nosso país. Sendo assim existe uma certa complexidade entre as relações dos negros e brancos, não sendo referido ao seu conceito biológico de raças humanas, usado em alguns conceitos de dominação

como foi o caso do nazismo. A autora chama a atenção para quando ouvimos alguém usar o termo raça para falar da realidade dos negro, brancos e indígenas no Brasil, temos que ficar atento ao sentido que este termo é utilizado e qual é o seu significado atribuído e o contexto que ele surge, atentando-se para a questão do racismo, que é definido pela autora como:

Um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc. Ele é por outro lado um conjunto de ideias e imagens referente aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores. O racismo também resulta da vontade de se impor uma verdade ou uma crença particular como única e verdadeira (GOMES,2005. p.52)

O racismo é manifestado através de atos discriminatórios cometidos por indivíduos que acreditam em superioridade e inferioridade entre os grupos humanos. podendo atingir níveis extremos de violência, homicídios, agressões etc. Já o preconceito é um julgamento negativo e prévio dos membros de um grupo racial de pertença, de uma etnia ou de uma religião ou de pessoas que ocupam outro papel social significativo.

Gomes traz a citação de Zilá Bernd (1994. p. 9-10), que afirma que:

“o indivíduo preconceituoso é aquele que se fecha em uma determinada opinião, deixando de aceitar o outro lado dos fatos. É, pois, uma posição dogmática e sectária que impede aos indivíduos a necessária e permanente abertura ao conhecimento mais aprofundado da questão, o que poderia levá-los à reavaliação de suas posições”.

A pessoa que é preconceituosa está fechada em um único e exclusivo modo pensar que, às vezes, considera essa verdade absoluta. E, muitas vezes, fica presa a esse determinado ideal que considera único e existente. Dessa maneira acaba sendo preconceituoso a tudo que é considerado diferente.

Segundo Antônia (2004, p.64), o preconceito é considerado uma opinião preestabelecida, imposta pelo meio, época e educação, regulando as relações de uma pessoa com a sociedade. E esta regulação permeia toda a sociedade, tornando mediador de todas as espécies humanas. O preconceito pode ser definido como algo negativo, um julgamento preciso que se faz de pessoas estereotipadas.

Outro conceito abordado pela autora (2004; p. 65) é o da discriminação, elencado no Programa Nacional de Direitos Humanos:

"Como o próprio nome diz, é uma ação (no sentido de fazer deixar fazer algo) que resulta em violação dos direitos" (Programa Nacional de Direitos Humanos, *op. cit.*, p. 15).

Assim a discriminação é definida como uma ação que viola todos os direitos das pessoas com bases em critérios que são injustificados e injustos tais como a da raça, sexo, idade, opção religiosa, entre outros. Em relação à discriminação racial, que é imposta de acordo com determinados critérios preestabelecidos, se baseando na própria cor da pele. Na Convenção da ONU/1966 sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial a discriminação racial é vista como:

qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferências baseadas em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica, que tenha como objeto ou efeito anular ou restringir o reconhecimento, o gozo ou exercício, em condições de igualdade, os direitos humanos e liberdades fundamentais no domínio político, social ou cultural, ou em qualquer outro domínio da vida pública (Idem, *ibidem*).

Com isso, acaba tendo uma ausência da garantia do cumprimento dos direitos constitucionais nas instituições sociais que legitima atos e práticas racistas individuais.

Para os autores, há presença de racismo institucional no Brasil desde a colônia que é eminentemente burocrática, pensando no desenvolvimento do país baseado nos moldes do regime escravocrata, podendo ser identificado como nas hierarquias sociais ligadas ao pertencimento racial. Portanto, constrói-se um modelo social tanto baseado na desigualdade econômicas quanto a discriminação racial.

A origem dessa desigualdade pode ser vista no pensamento de Gilberto Freyre (1993) que destaca o papel da casa grande e da senzala na formação sociocultural brasileira. Freyre compara a estrutura física imponente da Casa-grande, que de acordo com o seu modo imaginário era expressado pelo modo de organização social e política que instaurou no Brasil, configurando-se a dominação patriarcal (WEBER,2009). O autor procura defender que no Brasil não existe uma raça superior, e afirma que a formação cultural brasileira é composta por uma miscigenação dos portugueses, índios e negros, o que para ele simbolizava a democracia racial.

Hasenbalg (1979) nos mostra que no Brasil ainda existe preconceito e racismo, e a escravidão deixou marcas profundas na sociedade, e especialmente entre os negros, consequência do modelo econômico e social adotado pelo poder público que internaliza uma íntima ligação com o racismo institucional. Segundo o autor,

O preconceito e a discriminação racial aparecem no Brasil como consequências inevitáveis do escravismo. A persistência do preconceito e discriminação após a destruição do escravismo não é ligada ao dinamismo social do período pós-abolição, mas é interpretada como um fenômeno de atraso cultural, devido ao ritmo desigual de mudança das várias dimensões dos sistemas econômico, social e cultural. (HASENBALG, 1979, p. 73)

O caminho percorrido pelos negros foi muito árduo, imposto por Portugal ao utilizar uma forma de exclusão social, trazendo um enorme contingente de negros da África e escravizando-os. O Brasil é considerado um dos últimos países das Américas a libertá-los formalmente e, quando era colônia, somente os proprietários de engenho tinham privilégios quando se tratava de educação e cultura. Nesta época houve um grande obstáculo para a repartição mais igualitária da riqueza nacional produzida, além de surgir um abismo entre os grupos étnicos, brancos e negros que permanece até nos tempos de hoje.

Em 1960, o conceito de racismo institucional foi consolidado nos Estados Unidos, com o intuito de especificar como se manifesta o racismo nas estruturas de organização da sociedade e nas instituições, descrevendo os interesses, ações e mecanismo de exclusão definidos pelos grupos racialmente dominantes.

Crisóstomo (2010) elabora uma definição para esse tipo de racismo:

É toda forma de ocorrência que coloca em uma situação de desigualdade um coletivo, neste caso, um coletivo étnico. Ele não difere dos outros tipos de racismo, mas ele acontece através das instituições, coisa que não estamos acostumados a perceber. Então o processo de desenvolvimento institucional privilegia determinado tipo de grupo étnico em detrimento de outros. O racismo institucional pode ser encontrado, por exemplo, na hora das contratações no mercado de trabalho ou quando o Estado deixa de eletrificar determinada comunidade rural, ribeirinha, e desenvolve a mesma eletrificação em uma outra comunidade étnica. (CRISÓSTOMO, 2010, p.1).

Após muitos anos de escravidão, os negros brasileiros são libertos e lançados ao ostracismo, ou seja, numa punição política, não somente pela classe branca/ latifundiária, mas principalmente pelo estado que visava a imigração de europeus, deixando de investir na educação e qualificação da mão de obra dos afro-brasileiros. Essa discriminação que classificava a população de acordo com a etnia ou raça trouxe privilégios para alguns e exclusão para outros, levando a desigualdades raciais e sociais. Nesse contexto, os negros tiveram que disputar o mercado de trabalho com os brancos e devido à falta de qualificação e despreparo para a livre concorrência, eles ficaram para trás, pois tinha um pré-requisito que definia alocação dos diferentes grupos étnicos no mercado de trabalho, sendo considerada somente a cor da pele branca como principal fator para a vaga.

Andrews (1998) denuncia a ideologia de branqueamento e o mito da democracia racial, permeado pelo racismo institucional e ressalta a discriminação que sofreu no mercado de trabalho, nos clubes sociais e associações privadas, devido a composição e comportamento da classe média paulista diante da população negra, que buscava convencer os afro-brasileiros a baixarem suas expectativas de vida e não criar 'situações desagradáveis' tentando forçar sua entrada em locais onde não são desejados (isto é, locais que os brancos querem reservar para si) o modelo brasileiro das relações raciais trabalha muito eficientemente para reduzir a tensão e a competição raciais, ao mesmo tempo em que mantém os negros em uma posição social e econômica subordinada.

No Brasil, o racismo institucional pode ser facilmente detectado tanto nos índices educacionais quanto econômico, por meio de uma análise da má distribuição de renda e riqueza, que atualmente é considerada um dos principais indicadores da pobreza no Brasil, que integra determinantes sociais e raciais. Disparidade econômica traz enormes consequências na qualidade de vida entre negros e brancos e também no acesso à educação, como indica a Síntese de Indicadores Sociais (2010, ao mostrar as diferentes trajetórias entre brancos, pretos e pardos:

[...] no que diz respeito à média de anos de estudo e à presença de jovens no ensino superior, em 2009 os pretos e pardos ainda não haviam atingido os indicadores que os brancos já apresentavam em 1999. Além disso, no ano passado, as taxas de analfabetismo para as pessoas de cor ou raça preta (13,3%) e parda (13,4%) eram mais que o dobro da taxa dos brancos (5,9%) (IBGE, 2010).

O autor destaca que os indicadores mostram que há uma grande desigualdade entre os jovens negros, pardos e brancos no ensino superior, trazendo porcentagens bem significativas ao fazer certa comparação. Sendo assim podemos ver nitidamente o conceito de preconceito, discriminação dentro da instituição educacional.

3 CAPÍTULO II – ANÁLISE DA SEMANA DA CONSCIÊNCIA NEGRA

3.1 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA PADRE ANCHIETA E SUA RELAÇÃO COM A LEI 10.639/03

A escola de Educação Básica Padre Anchieta, onde foi realizada a pesquisa, atende atualmente aproximadamente 852 alunos, oriundos em sua maioria dos bairros próximos da zona urbana da cidade. No turno matutino, há 9 turmas de séries iniciais do Ensino Fundamental, 5 turmas de séries finais do Ensino Fundamental, 2 turmas de correção de Fluxo e 3 turmas de Ensino Médio; no vespertino são 7 turmas de séries iniciais do Ensino Fundamental, 4 turmas de séries finais do Ensino Fundamental, 2 turmas de Correção de Fluxo e 1 turma de Ensino Médio Noturno: 3 turmas de Ensino Médio.

A escola possui uma estrutura física com os seguintes lugares: um amplo auditório, um ginásio de esportes, uma sala de vídeo, um laboratório de informática, uma biblioteca, sala de professores, uma sala

de artes, São 10 salas das séries iniciais e 11 salas de aulas da 5ª a 8ª série. Além disso, há uma secretaria, uma cozinha, uma dispensa para merenda escolar, um refeitório, uma sala da administração escolar; uma sala da direção; seis banheiros para os alunos e dois para os professores. Possuindo um sistema de circuito de TV e equipamento de TV e Vídeo em oito salas de aula.

Importa destacar que mesmo que a instituição esteja situada em bairro classe média alta, atende estudantes de camadas populares dos territórios do Maciço do Morro da Cruz, e grande parte dos moradores é constituída por crianças e jovens negros.

Segundo Vicentine e Morais (2010, p.5) o Projeto Político Pedagógico de uma escola se firma como um importante instrumento para a concretização da gestão democrática, uma vez que a elaboração coletiva do mesmo possibilita a aproximação entre a escola e a comunidade, inserindo esta última como parte integrante do processo educativo. Pode-se perceber que, para esses autores, tem que haver uma interação entre os profissionais da instituição e a própria comunidade ao todo para a elaboração de um satisfatório projeto político pedagógico, tem que haver uma interação entre os profissionais da instituição e a própria comunidade ao todo.

Ao analisar o documento, verifica-se que ele começou a ser elaborado em 1997, e quando foi constituído o grupo de trabalho do Plano Político e Pedagógico (GT-PPP), que iniciou as atividades organizando um banco de dados da Unidade Escolar, com informações acerca da estrutura física, do público alvo atendido, da situação funcional dos professores, especialistas e funcionários, organização da Associação de Pais e Professores e do Grêmio Estudantil, bem como levantamento de aspectos pedagógico como aproveitamento final dos alunos, levantando índices de aprovação, reprovação e evasão escolar.

Enfim, todos os dados que se referem à escola servem de diagnóstico para a compreensão de mudanças que se fazem necessárias para que o processo ensino-aprendizagem seja significativo, e efetivamente mobilizador para o exercício da cidadania de nossos estudantes. Portanto, o grupo de trabalho tinha o intuito de fazer com que todos participassem, principalmente a comunidade escolar.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico (2012.p.7), a escola adota uma concepção histórico-cultural de aprendizagem, valorizando as interações estabelecidas pelos alunos como fatores central para apropriação do conhecimento e defendendo que todos são capazes de aprender. Neste sentido, estabelece princípios teóricos, filosóficos e metodológicos as concepções, entre eles:

HOMEM: como ser social em permanente desenvolvimento. É sujeito e ao mesmo tempo —a sujeito de sua própria história, capaz de resgatar, criar, produzir e mediar conhecimentos nas relações que estabelece.

SOCIEDADE: como espaço essencial da produção humana. É somente através de um esforço dialético que os homens ao estabelecerem relações entre si mesmas, vêm se organizando de forma histórica social e produzindo sua existência.

EDUCAÇÃO: como processo interdiscursivo que pressupõe ações compartilhadas no cotidiano, no qual se prioriza a mediação com o outro. Nela o homem se apropria, reelabora e produz conhecimento, valores e atitudes, sendo capaz de olhar reflexivamente a realidade em sua volta e transformá-la.

ESCOLA: como um espaço sócio educativo onde acontece a reelaboração do conhecimento sistematizado e a produção de novos conhecimentos, a partir da cultura local para um contexto social mais amplo.

METODOLOGIA: como atividade de Aprendizagem: É condição para uma atividade de aprendizagem que aquele que aprende (o aluno) tenha um motivo para aprender, veja uma finalidade e sinta uma relação do aprendido com a sua vida, sendo assim, as temáticas trabalhadas devem ser do interesse do aluno. É o processo pedagógico, no entanto, responsabilidade do professor e não pode abrir mão da socialização dos conceitos universais e significativos, dos conhecimentos das ciências e das artes consideradas importantes e que fazem parte da tradição cultural dos alunos.

O projeto político pedagógico da escola traz que o aluno tem o dever de tratar com educação todos, tendo o respeito mútuo. A sua metodologia é a superação do modelo tradicional fragmentado, buscando trabalhar com projetos de aprendizagem, tendo uma postura interdisciplinar. Com o objetivo de construir práticas pedagógicas com os envoltimentos, destaca a cooperação e solidariedade dos estudantes e professores no processo educativo, através da contextualização do tema trabalhado, como princípio norteador.

Nessa perspectiva, o projeto político-pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos por todos os envolvidos com o processo educativo da escola (VEIGA, 1995, p. 12).

Em relação à implementação da lei 10639/03, Passos (2008) afirma que para assegurar que o projeto político pedagógico escolar esteja pautado pela diversidade étnico racial é importante que tenha conhecimento e estudo dos respectivos documentos que orientam a implantação dessa lei, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação da Relações Étnico-raciais e para o ensino de Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana e a Resolução nº1 de 17 maio que as instituiu. Para isso, existem alguns princípios que são fundamentais para as unidades escolares e professores, visando a orientação do trabalho pedagógico, conforme estabelece o Parecer CNE/CP 3/2004, tais como, consciência política e histórica da diversidade, fortalecimentos de identidades e direitos e ações educativas de combate ao racismo e discriminações.

Em relação ao projeto político da escola, verifica-se que há previsão das ações no currículo, mas verifica-se certa ausência da discussão da questão racial e não há nenhuma indicação direta a lei 10.639, somente aparece alguns conteúdos relacionados a destinada lei nas séries finais. Os respectivos conteúdos apresentados aparecem nas disciplinas de história e geografia com os seguintes temas: História e cultura do negro e dos afrodescendentes, Escravidão africana, Fim da escravidão africana, Negro na sociedade brasileira e contemporânea, Negros em Santa Catarina, Conflitos étnicos, Diversidades étnicas e religiosas, A tolerância e a questão do racismo, Colonização alunos. e etnia. O calendário escolar destaca o período de 16 a 19 de novembro para a organização e montagem da Mostra do dia 20 de novembro definida como abertura da Mostra da Consciência Negra, na qual ocorrem as apresentações artísticas e culturais dos alunos.

3.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Para compreender a percepção dos docentes em relação a Semana da Consciência Negra, realizamos entrevistas com a professora titular da 3ª série, na qual que atuei como bolsista, e com a coordenadora pedagógica.

Em relação a docente, destaco um dos trechos da entrevista, que contribui para apontar as lacunas existentes:

A semana da consciência negra já era realizada desde 2006, ano que eu entrei na escola, mas creio que já era realizada anteriormente. Quando eu cheguei, ela era colocada para toda a escola, uma

exposição de todos os trabalhos escolares. Eu vejo que a partir de cada ano a Semana da Consciência Negra está mudando, porque não são todos os profissionais de todas as áreas que abraçam esse tema. Com isso, está sendo mais complicado. Já tivemos muito mais evento com pessoas vindas de fora, as pessoas se empenharam muito mais para fazer essa semana. Deveria ser ao contrário, uma motivação muito maior por partes dos profissionais da escola. A cada ano os trabalhos estão ficando cada vez mais escassos.

Percebe-se pela fala da professora que a escola não disponibiliza curso de capacitação de professores acerca da Educação para as Relações Étnico-raciais. Segundo Alves e Boakari (2006), os profissionais devem estar capacitados para promover na escola um ensino que influencie os alunos a buscarem uma transformação da sociedade, e isso só será possível se forem levadas em consideração a diversidade étnico-racial, de renda, cultural e social do país. O professor deve ser qualificado para poder lidar com esse tipo de situações raciais, a lei 10.639 por si só não é o suficiente.

Por outro lado, tanto a docentes quanto a coordenadora pedagógica destaca a importância de promover atividades sobre o tema no decorrer no ano letivo, como destaca os trechos das entrevistas.

As atividades realizadas durante o ano têm por objetivo fazer a culminância deste assunto. E esse assunto não deve ter começo, meio e fim, mas a todo o momento deve ser discutido com as crianças em sala de aula, a partir dos temas: quais são as diferenças, as desigualdade, cor de pele, a bendita cor do lápis, que as crianças dizem cor da pele, mas que a gente está sempre enfocando que aquela cor é a do boneco, porquinho, mas que não existe ninguém com aquela cor. É uma culminância de tudo aquilo que a gente realizou ou deveria realizar durante o ano letivo. (Professora)

O principal objetivo é discutir as violações aos direitos da população negra, o

enfrentamento do racismo, mais oportunidade para ascensão socioeconômica dos afro-brasileiros, entre outros temas. (Coordenadora)

Através da fala da professora, percebe-se que o tema não é tratado somente na data especial e sim o ano letivo inteiro, fazendo relações com outras disciplinas a todo o momento. E a coordenadora traz a valorização dos direitos dos negros e a luta quanto qualquer tipo de discriminação e preconceito no espaço escolar. Segundo Romão (2003) r é preciso ficar atento a pesquisa e do estudo por parte dos(as) educadores/as no processo de construção de uma educação antirracista, ao olhar para os alunos negros, o professor comprometido com o racismo deverá buscar certos conhecimentos sobre a história e cultura deste aluno e de seus antecedentes.

Nesse sentido, percebe-se que a professora utiliza a literatura infantil como ferramenta para trabalhar esses temas, como destaca nesse trecho da entrevista:

Parto de livros de literatura infantil, já trabalhamos vários como *O menino marrom*; *Menina bonita do laço de fita*; *“Pretinho, meu boneco querido*; *A Zilu e o cabelo de Lelê*. A gente vai trabalhando durante o ano e a culminância parte de um desses livros de literatura. Por exemplo, no ano passado foi um quadro de memórias, que acabou fazendo a leitura dos achados da vovó que ala guardava num baú todas as suas memórias, sendo assim fizeram uma autobiografia de toda a vida deles, dos 7,8 e 9 anos vida. (Professora)

A professora destaca vários livros de literatura que apresentam linguagens voltadas para questões étnico-raciais, que podem ser exemplos de matérias para se trabalhar em sala com as crianças. A partir daí da literatura é elaborado o planejamento da suposta atividade.

Segundo Souza e Vieira (2016), literatura torna-se uma importante ferramenta na formação dos indivíduos, e a literatura negra em sua prática pedagógica, além de provocar o hábito da leitura, desperta a reflexão, o senso crítico e a conscientização dos educandos a respeito da diversidade étnico-racial, a fim de promover um bom convívio social. Estudar a literatura afro-brasileira é, portanto, estudar

textos que relatam a vida e o cotidiano do negro, a sua luta e influência na construção histórica e cultural da nação.

Verifica-se assim que através da literatura podemos trabalhar em sala de aula a questão da diversidade cultural e étnico-racial, a identidade e o pertencimento dos alunos e conceitos, ideais que combatam qualquer tipo de discriminação ou preconceito. É importante destacar que docente relatou já havia trabalhado, no início do ano, temáticas acerca das heranças culturais sobre os negros e índios. E, segundo ela, este projeto teve o intuito de fazer com as crianças se reconheçam e identifiquem na sociedade que estão inseridas, pois na maioria das vezes, existem crianças que não são incluídas no grupo, com isso ocorre uma determinada exclusão.

3.3 ANÁLISE DAS PRODUÇÕES DAS CRIANÇAS DURANTE A SEMANA DA CONSCIÊNCIA NEGRA NA ESCOLA.

A turma da 3ª série, na qual foi realizada a pesquisa de campo é composta por 28 alunos no total, sendo 9 meninas e 19 meninos. Com a faixa etária entre 8 a 9 anos de idade, a turma era integrada por 11 crianças negras, 2 indígenas e 14 brancas. Com isso, percebe-se que a uma grande diversidade étnico racial da turma em questão. A organização da sala é modificada pela professora quando é realizado trabalhos em grupos, percebe-se que a grande maioria das crianças escolhem os mesmos colegas para realizar as destinadas atividades.

A atividade realizada para a Semana da Consciência Negra seguiu o planejamento da docente, que pensou a realização de atividades com o intuito de trabalhar a identidade de cada sujeito, como ele se vê e como eles reagem diante das diferenças do outro. As ações foram sendo desenvolvidas no decorrer de várias aulas, sendo assim, este processo ocorreu em vários momentos.

No primeiro momento, a professora sensibilizou a turma para fazer uma autobiografia. Para isso, ela utilizou a história *O menino que colecionava lugares*, de Jader Janer, que conta a história de um menino que colecionava lugares. Tratava-se de um menino que gostava muito de passear e viajar para o mundo todo e como tinha medo de esquecer como eram os lugares que passava queria que os locais ficassem com ele sempre. Então, num belo dia foi visitar a sua avó, que lhe deu um pote de manteiga e falou que era para levá-lo em todos os lugares que visitasse para guardar os lugares dentro do pote. Ele guardava coisas grandes como árvores e montanhas até que chegou um dia que a lata

estava cheia e resolveu devolver cada coisa em seu lugar, pois as pessoas que viviam não conseguiam viver sem suas coisas que constituíam os respectivos lugares. O menino aprendeu o que fazer, e desde então, levava um presente de todos os lugares que visitava. Porém um dia, ele viu que ele não precisava mais do pote, mas sim das suas lembranças, repertórios que se constituiu nele próprio.

O livro *Acerca de mí*, de Francisco Martin, foi usado como referência do planejamento, visto que trazia um roteiro de perguntas: Qual é seu nome? Qual seu apelido? Aonde você nasceu? Quantos anos você tem? Quantos irmãos possuem? Qual sua altura? Qual sua música preferida? Qual seu ídolo?

No segundo momento, a professora criou dois tipos de roteiros para a turma, pois tinha crianças que possuem bastante dificuldade na escrita e na leitura. Os estudantes copiavam e respondiam às seguintes perguntas: Onde você nasceu? Quantos irmãos você tem? Você tem apelido? Qual é seu ídolo? Qual tamanho você usa de blusa? Qual sua altura? Quantos quilo pesa? Qual bairro você mora? Qual sua brincadeira preferida? O que você faz no seu tempo livre? O que gosta de comer? Por que você é feliz? Qual sua história preferida? Como é sua casa? O que você quer ser no futuro? Você tem algum animal?

Neste momento, cada criança contava por meio da escrita um pouco de sua vida, relatando seus reconhecimentos como sujeito na sociedade que estão inserido. Durante a realização da atividade, a maioria das crianças respondeu às perguntas de acordo suas especificidades. Mas, teve algumas crianças que tiveram um pouco de dificuldade, pois não conseguiam ler, entender a pergunta, então a professora prontamente explicava o que havia de ser realizado.

De acordo com as respostas da autobiografia das crianças, podemos perceber que há uma grande diversidade étnico racial entre o grupo. As crianças deste grupo são constituídas de negros, brancos e indígenas. Percebe-se também uma grande diversidade de lugares no qual cada um veio: Bahia, Santa Catarina, Amazonas, Alagoas etc. Havia também uma variedade de gêneros musicais que eles se identificam, como gospel, funk, pagode, rap entre outros. No entanto, percebi que não havia perguntas relativas às questões culturais dos afrodescendentes, com abordagem mais efetiva sobre as questões apontadas na Lei Nº10.639, como os repertórios da literatura africana, brincadeira, músicas entre outros.

No terceiro momento, cada criança desenhou seu autorretrato, materializando por meio dos desenhos suas características. Nesta ocasião, pude identificar que as crianças se mostraram empolgadas para

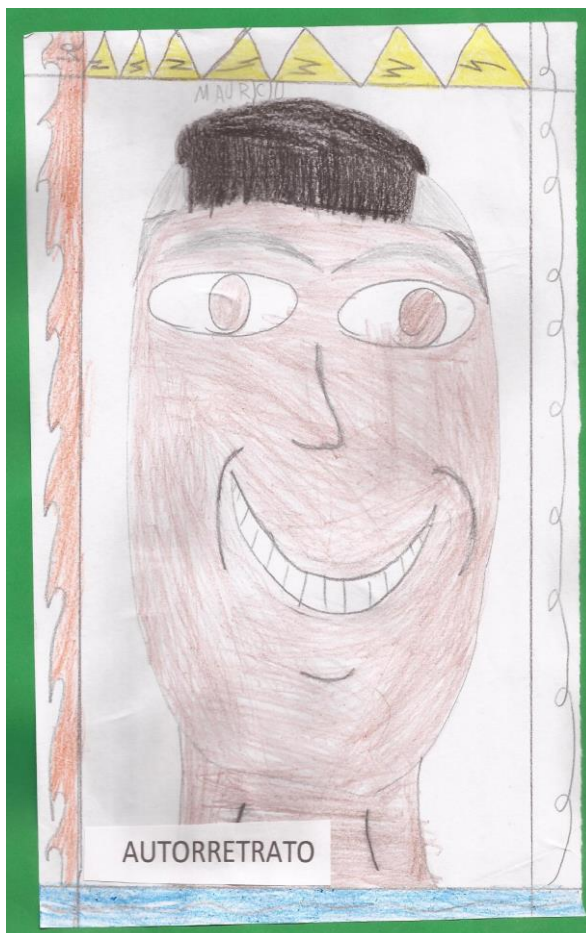
desenhar seu autorretrato, retratando detalhadamente suas características.

No quarto momento, cada aluno trouxe uma foto de quando era menor e cada aluno foi fotografado com a câmera digital da professora. Com as fotos já impressas, cada aluno cortou a foto ao meio, para montar uma foto com as duas metades das fotos que representavam as diferentes fases da vida dos alunos. Além disso, cada aluno escreveu, num pequeno papel, como se fosse uma legenda, algumas características que o representasse como sujeito. Assim, quem o estivesse vendo teria que adivinhar quem é aquela pessoa. No quinto momento, nós bolsistas confeccionamos um belo baú com feltro para colocar as fotos das crianças e as autobiografias escritas pela turma.

AUTORRETATOS

Segundo Goobi (2005), por meio do desenho infantil, é possível olhar, sentir e ler as ideias e os sentimentos das crianças, pois é uma ferramenta que permite analisar e perceber o imaginário de cada criança e seus processos de produção e criação e sua representação étnico racial. Nesse sentido, pude verificar que as crianças negras reconheciam sua identidade racial.

Figura 1- Representação Identitária 1



Ao analisar esse autorretrato, percebe-se que o aluno fez sua representação identitária considerando seus traços e características negras. Seu cabelo é preto e sua pele é negra, ao colorir seu desenho utiliza o lápis marrom para a representação da sua pele. Com isso, o mesmo se identifica como negro.

Figura 2- Representação Identitária 2



Ao analisar o desenho da aluna, percebe o reconhecimento da sua identidade negra bem clara, com cabelos cacheados e pele negra. Pesquisando corpo negro e cabelo crespo como ícones da identidade negra, Nilma Gomes (2002) diz que “na escola, não só aprendemos a reproduzir as representações negativas sobre cabelo crespo e corpo negro, como aprendemos a superá-las, se incluídas em nosso currículo e em nossos debates pedagógicos” (p. 50). Pode-se pensar assim que a atividade contribuiu para que a aluna materialize sua identidade.

Figura 3 - Representação Identitária 3



Ao analisar esse desenho, percebe-se que a representação identitária do aluno é branca, cabelos lisos, mas ao pintar a cor de sua pele, aparece o tã usado lápis chamado pela maioria das crianças de cor de pele. Infelizmente existem certos padrões de que as crianças acabam internalizando nas suas mentes imaginativas através das suas prévias experiências vivenciadas. Por mais que a professora ressalta que não existe o lápis cor de pele, e que cada lápis tem a sua cor, e a cor branca pode ser representado pelo salmão. De qualquer forma, pode-se pensar que ao desenvolver essa atividade, a professora abre possibilidade para que a temática venha à tona, podendo assim fazer debates com os estudantes sobre a temática.

Figura 4 - Representação Identitária 4



Ao analisar esse desenho fica bem claro que o aluno tem a certeza de qual é pertencimento racial. Com isso reconhece a sua identidade negra, sua cor de pele, seus respectivos traços. De acordo com Barbosa (2002), as relações étnico-raciais são construídas por sujeitos de diferentes grupos, tendo como ponto inicial, conceitos e informações a respeito da diversidade racial, podendo notar suas semelhanças e firmando um sentimento de pertencimento racial. É de grande importância abrir espaço para a discussão das relações étnico-raciais em sala de aula, questionando as desigualdades sociais geradas pela

ideologia de existência de seres superiores e inferiores, que culminaram em um cenário de discriminação diante de uma nação que possui a diversidade como marca registrada.

Por fim, cabe destacar que as Crianças ficaram encantados com essa atividade da Semana da Consciência Negra, pois cada criança se dedicou ao máximo, para que no final do processo todos percebessem que fazem parte de uma grande diversidade étnico cultural, possuindo diferenças e semelhanças.

3.4 EXPOSIÇÃO DAS PRODUÇÕES

Durante a Semana da consciência negra, a escola realizou uma exposição de todos alunos/as, do ensino fundamental ao ensino médio. Nessa semana as portas estavam abertas para todos da comunidade, e os trabalhos apresentados abordaram a a cultura afro-brasileira de diferentes perspectivas, como a culinária e os costumes, Poesias, contos africanos, artistas internacionais negros, produções artísticas e personalidades negras que marcaram o Brasil também foram abordados nos trabalhos. O preconceito, a discriminação racial e suas consequências, bem com fatos históricos, como as torturas e maus tratos que os negros sofreram ao chegar no Brasil também foram apresentados.

A apresentação do trabalho do terceiro ano, como o título - Quem sou eu, foi organizado da seguinte maneira. No corredor, em frente à sala de aula, foram montados uma mostra de varais com as fotografias de cada criança e sua descrição em um pequeno papel. Na parede do corredor foi construído um muro com os autorretratos dos alunos e no chão estava o baú com suas fotografias.

Um dos fatos que chamou a atenção foi a contribuição de uma das mães na discussão da temática. Ao analisar o trabalho do filho, que estava pendurado no varal, ela observou que, na descrição da cor, o seu filho havia se autodenominado como moreno. A mãe o chamou e disse que ele era negro, assim como ela, e, por isso, não era para se descrever como moreno. Percebe-se que mesmo que a identificação racial familiar ser bem resolvida, muitas vezes, a criança acaba internalizando conceitos errados a respeito da sua cor por viver numa sociedade preconceituosa. Nesse sentido, Moreira (2008) destaca que escolar tem papel fundamental na formação da identidade da criança, qualquer teoria pedagógica precisa examinar de que modo esta irá alterar na identidade do estudante. A identidade racial negra é formada na trajetória escolar

de cada criança, com isso a escola tem uma grande importância social e educativa. Já Cavaleiro (2014) ressalta que:

É a ausência de referência positiva na vida da criança e da família, nos livros didáticos esgarça os fragmentos de identidade da criança negra, que muitas vezes chega à idade adulta com total rejeição à sua origem racial. Positivar o lado negro de cada criança, positivar o passado escravo, através das histórias de resistência. (CAVALEIRO, 2004, p.122).

Nesse sentido, as autoras Rosa e Mehl (2009) afirmam que a educação antirracista deve começar na escola desde cedo, pois para a criança é um grande desafio a mesma entender a sua identidade. Assim, a criança negra precisa se ver como negra, aprender a respeitar e admirar a sua imagem e ter modelos que satisfaçam as suas expectativas, com isso a identidade negra é construída positivamente, como destaca Vergulino (2013)

Colocar em discussão a questão africana e afro-brasileira em sala de aula, de forma crítica e pedagógica, é dever de qualquer educador. A situação racial é uma questão de todos, não apenas do Movimento Negro, é algo que atinge toda a sociedade, independentemente da etnia ou do sentimento de pertencimento étnico-racial. (VERGULINO et al.,2013 p.09)

Para Souza e Viera (2016), a tão esperada igualdade pode se tornar realidade através da conscientização, papel que desempenhado pela educação que é responsável pela formação de qualquer indivíduo. Assim, ao participar da vida escolar das crianças da terceira série, pude observar e analisar esse processo de construção dos reconhecimentos étnico-raciais, o reconhecimento da sua identidade negra e sua representação na sociedade. Considero que foi ainda que foi importante o fato de a Semana da Consciência Negra ser aberta para todos os familiares e para a comunidade. Creio que, através desta atividade os alunos, a escola em si promove mudanças na forma de pensar e dialoga, principalmente, com aqueles/as alunos/as que sofrem ou sofreram algum tipo de preconceito ou discriminação racial.

Em relação as pessoas da comunidade, percebi que tiveram uma boa interação com as produções das crianças, constituindo-se assim um

espaço educativo para todos. Sendo assim, creio que o trabalho realizado creio que teve um impacto na vida das crianças pois percebe-se que a turma é constituída por uma diversidade racial e cultural e que cada indivíduo traz uma determinada bagagem na sua história, identidade e no seu pertencimento como uma criança negra, branca e indígena.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devido ao nosso contexto histórico o racismo, a população negra sofre com preconceito e discriminação racial, pois essas atitudes permanecem internalizadas e cravada nos corações do próprio indivíduo. Mesmo existindo uma lei que proíba qualquer tipo de atos discriminatórios, a discriminação e o racismo ainda estão presentes. Assim, a função da escola é promover e desenvolver as aprendizagens dos indivíduos nas diferentes dimensões sociais, cognitivas, emocionais e motora, sendo importante contribuir na a construção da identidade da criança. Portanto cabe ao/a professor/a estar atento a essas ações discriminatórias e saber identificá-las. Nós, como professores temos que instigar nossos alunos a quebrar esse tipo de conceitos negativos sobre os negros, fazendo com que todos os sujeitos desconstruam as concepções preconceituosas.

Gomes (2008) relata que a escola é responsável por trabalhar no sentido de promover a inclusão e a cidadania de todos os alunos, visando eliminar qualquer tipo de discriminação, enxergando as crianças como seres humanos dotados de capacidades e valorizando e respeitando suas diferenças. Considero assim que projeto realizado foi de grande importância na constituição do sujeito, pois muito vezes, a criança não reconhece sua própria identidade, seu pertencimento e acaba cometendo determinada discriminações e preconceito, devido às diferenças. Penso que, por meio do projeto da consciência negra, os/as alunos/as terão um olhar mais atento, tendo a consciência que todas as crianças possuem os mesmos direitos e deveres. Sendo assim, se apropriaram de um pensamento que todas as crianças do planeta independente de sua raça, cor, língua, opinião política, origem nacional e social devem ser respeitadas.

Com este trabalho pude perceber a importância da lei 10.639 intitulada nas escolas e a relevância de se trabalhar valores pessoais e sociais dentro do âmbito escolar, de forma que tais vivências influenciem positivamente a forma com que as pessoas (toda a

comunidade escolar) respeitem as particularidades de cada sujeito, fazendo com que os alunos tenham uma formação mais crítica e solidária.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Débora Cristina de. A construção social da infância: uma outra história. *In.* CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, 7., 2008, Curitiba. **Anais eletrônicos do VII Congresso Nacional de Educação**. Curitiba: PUCPR, 2008. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2008/158_931.pdf Acessado 05 de abril de 2019.

ALVES, Antonia Regina dos Santos Abreu; Bookari, Francis Musa. Existe uma prática da lei efetiva 10.639/03 no espaço escolar?. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 8, n. 18, p. 426-439, fev. 2016. ISSN 2177-2770. Disponível em<<http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/60>>.Acessado 05 de abril de 2019.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ARISPE, Fernanda Nunes da Silva. **Consciência Negra como notícia**: O 20 de novembro da RBS TV Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS. Disponível em: www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2012/resumos/R30-1307-1.pdf Acessado em 10 de maio 2019.

BERND, Zilé. **Racismo e anti-racismo**. São Paulo: Editora Moderna, 1997.

BRASIL. Lei n.10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p.1, 10 jan.2003.

BULHÕES, Leandro. Ensino das histórias e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas entrecruzadas: Paradigma da contribuição, pedagogia do evento e emancipações na educação básica. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 10, n. Ed. Especial, p. 22-38, jun. 2018. ISSN 2177-2770. Disponível em:<<http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/596>>. Acessado em 8 de Abril de 2019.

COMPARATO, Fabio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. Imprensa, São Paulo, 2005.

CORRÊA, Antonio Matheus do Rosário; AMORIM DOS SANTOS, Raquel. AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE CRIANÇAS NEGRAS NO CONTEXTO ESCOLAR. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 10, n. Ed. Especial, p. 693-720, jun. 2018. ISSN 2177-2770. Disponível em:<http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/438>>. Acessado em 8 de Abril de 2019.

ESCOLA DE E.B. PADRE ANCHIETA. **Projeto Político Pedagógico**. 2012.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: Record, 1989.

GIUGLIANI, Beatryz, **Cultura na escola: Uma etnografia com crianças negras na Bahia**. 2012. 12f. Dissertação - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2012. Disponível em: https://editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_E_V056_MD1_SA9_ID5297_18062016145746.pdf Acessado em 10 de maio de 2019.

GODOY, A. Pesquisa qualitativa - tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: Uma breve discussão - **Revista do Difere** - ISSN 2179 6505, v. 1, n. 2, dez/2011.

GOMES, Lino Gomes. **Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03 (org.)**. 1. ed. -- Brasília: MEC; UNESCO, 2012.

GONÇALVES. **Resolução n.º 1 de 17 de julho de 2004**. Brasília, DF.
JESUS, J. G. de. Psicologia social e movimentos sociais: uma revisão contextualizada. **Psicologia e saber social**. p. 163 – 186, 2012.

LUDKE, Menga; André, Marli e. d. a. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: ePU, 1986.

MARTINS, Kegislânia Ferreira; SILVA, Cristiane Sousa da. O Processo de (des)construção da identidade negra na escola: O olhar de professores e alunos em uma escola do município de Quixadá- CE. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 10, n. Ed. Especial, p. 215-237, jun. 2018. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/430>>. Acessado em 9 de abril de 2019.

MEHL, Ana Paula; Daniele Cristina Rosa. **A escola como um dos espaços de constituição da identidade negra**: revisitando histórias de estudantes negros na universidade. IX Congresso Nacional de educação- EDUCERE III Encontro sul brasileiro de Psicopedagogia, 2009. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/3360_1941.pdf Acessado em 10 de maio de 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 23. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MUNANGA, Kabengele (org). **Superando o racismo na escola**. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

BRASIL, **Orientações e Ações para a Educação das Relações Etnicorraciais**. Brasília: MEC/Secad, 2006.

PASSOS, J. C. Discutindo as relações raciais na estrutura escolar e construindo a pedagogia multirracial e popular. In: NUCLEO DE ESTUDOS NEGROS. **Multiculturalismo e a pedagogia multirracial e popular**. Florianópolis: Atilénde. (Série Pensamento Negro em Educação), 2002.

ROCHA, Rafael Domingos. Uma história negada: Diálogos com a lei 10.639. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 10, p. 206-229, jan. 2018. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/537>>. Acessado em 11 de maio 2019.

SILVA, Débora. O significado e a origem da Consciência Negra. 2017 Disponível em: <https://www.estudopratico.com.br/o-significado-e-a-origem-da-consciencia-negra/> Acessado em 2 de julho de 2019.

SANTOS, Ivonete Aparecida. **Educação para a diversidade: uma prática a ser construída na Educação Básica**. Universidade Estadual do norte do Paraná - Campus de Cornélio Procópio, 2008. Disponível em: www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2346-6.pdf Acessado em 15 de maio 2019.

SOUZA, Gabriela Alves de Oliveira, Wellington Neves Vieira. O ensino da literatura afro-brasileira como objetivo de transformação social. **Anais do Festival Literário de Paulo Afonso-Faculdade Sete de Setembro-Paulo Afonso-Bahia, 2016** Disponível em https://www.fasete.edu.br/eventos/flipa/anais/arquivos/2016/o_ensino_da_literatura_afro_brasileira_como_objetivo_de_transformacao_social.pdf Acessado em 17 maio de 2019.

SOUZA, Marina de Mello e. Algumas impressões e sugestões sobre o ensino de história da África. In: **Revista História Hoje**. Dossiê Ensino da História da África e da Cultura Afro-brasileira, nº 1 • Biênio: Agosto de 2011 a Julho de 2012.

VERGULINO, Ana Rosa. SILVA, Cleiton Sobral. SILVA, Débora Regina Machado Silva. Relações étnico-raciais no espaço escolar. **Revista Interação**, 2013.

VERRANGIA D, Silva PBG. Cidadania, relações étnico-raciais e educação: desafios e potencialidade do ensino de Ciências. **Rev Educação e Pesquisa**. 2010 set./dez. 36(3): 705-718.

VETTORAZZO, Lucas. "**País tem 11,8 milhões de analfabetos; taxa entre negros dobra ante brancos, 2017**". Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/12/1944963-pais-tem-118-milhoes-de-analfabetos-taxa-entre-negros-dobra-ante-brancos.shtml> Acessado em 20 de abril de 2019.

VINCENTINI, Iraci; MORAES Denise. "A construção do projeto político-pedagógico numa perspectiva democrática: limites e possibilidades: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n.3, p. 705-718, set./dez. 2010.

6 ANEXO I – ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1.** Qual é o principal objetivo das atividades realizadas durante a semana da consciência negra na escola?
- 2.** Quais foram as propostas realizadas?
- 3.** Como os alunos reagiram com essa atividade?
- 4.** Qual sua avaliação sobre o que realizaram em 2016?